

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR / 2025 / 35948	2944 / 2025	Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#
Unidade Administrativa		
DU - DGPU [GP9]		
Propósito		
Licenças ou Autorizações Urbanísticas \ Presidente - DU - Licenciamento		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 2944/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-25651

REQUERENTE: Braxicom, Lda

LOCAL DA OBRA: RUA José Vidal da Costa 23/24 Braga 4705-118 BRAGA Portugal

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação

DU - DGPU [ENTRADAS]

INFORMAÇÃO TÉCNICA - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES

1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-25651, de 03/11/2025, apresenta os projetos das especialidades, relativos à obra de alteração, demolição de um edifício já existente em quatro frações habitacionais distintas e construção de garagem subterrânea, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua José Vidal da Costa, Ferreiros, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 802/20000229, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 2384.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por despacho 2025-20962 de 12/07/2025.

2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.2.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

1.1.1. Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica, nos termos da subalínea i), da alínea a) do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto, constituindo título bastante para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual.

1.1.2. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído

2.1. Projeto de instalação de gás

1.1.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.1. Projeto de abastecimento de água

1.1.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

1.1.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2025-S-RE-62174 de 03/11/2025.

2.1. Projeto de águas residuais

1.1.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

1.1.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2025-S-RE-62174 de 03/11/2025.

2.1. Projeto de águas pluviais



- 1.1.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.
- 2.1. Projeto de arranjos exteriores**
 - 1.1.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.
- 2.1. Projeto de infraestruturas de telecomunicações**
 - 1.1.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.
- 2.1. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético**
 - 1.1.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.
 - 1.1.2.** Apresentou o pré-certificado energético, **SCE384665234**, SCE **84665941**, **SCE384665638** e **SCE384665537** nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.
- 2.1. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)**
 - 1.1.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.
- 2.1. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios**
 - 1.1.1.** Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios.
- 2.1. Projeto de condicionamento acústico**
 - 1.1.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3. PROPOSTA

Analisados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de **Licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3.1. Face ao anteriormente exposto, constata-se que os **Projetos das Especialidades** se encontram corretamente instruídos, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe deferimento do **pedido de licenciamento** de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades;

3.2. Após informação superior e despacho, deverá notificar-se o(a) O requerente para, no prazo máximo de 1 ano, apresentar requerimento e respetivos elementos instrutórios previstos no n.º 21, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, para o pagamento de taxas e emissão do respetivo recibo que tutela a operação urbanística.

5. INICIO DOS TRABALHOS

5.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DGPU [ENTRADAS]

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

